

Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-813-7

DOI 10.22533/at.ed.137210902

1. Ciências sociais. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento evolutivo do campo de Ciências Sociais Aplicadas tem sido caracterizado por uma pulsante força dinâmica engendrada por estrutural tendência de crescente emergência de novos cursos, debates e agendas de pesquisa que buscam responder aos dilemas de uma realidade cada vez mais fluida e complexa.

A abordagem interdisciplinar apresentada por este livro dentro do campo das Ciências Sociais Aplicadas tem como fundamento lógico uma análise teórico-conceitual que parte da própria apreensão dos problemas existentes na realidade empírica brasileira a fim de descrever explicações e propor prescrições de soluções para os dilemas humanos.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, esta obra intitulada, “Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 1”, apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos sobre a realidade empírica urbana e rural brasileira.

O objetivo deste livro é demonstrar que existe uma riqueza teórico-metodológica existente na combinação de uma leitura interdisciplinar e em uma ciência aplicada à resolução dos problemas sociais do campo científico, propiciando assim uma abrangente agenda de estudos de ampla relevância fenomenológica.

Estruturado em 18 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas em distintos cantos do país, as quais coadunam de um convergente recorte metodológico interdisciplinar que parte da análise das realidades empíricas para conformar os marcos teórico-conceituais mais adequados para explicar e responder aos dilemas empíricos.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros oriundos de distintos estados, este livro faz um imersivo estudo interdisciplinar sobre as distintas realidades empíricas que valoriza a busca para a resolução dos problemas com base nas experiências adquiridas *in loco*.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas, este livro traz significativos subsídios para um amplo público de leitores analisar e interpretar a realidade contemporânea no país com base em uma leitura interdisciplinar.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

(IN)VISIBILIDADE DO MUNDO RURAL: FRAGILIZAÇÃO DE DIREITOS À POPULAÇÃO CAMPESINA EM TEMPOS DE PANDEMIA VERSUS A REDE DE SOLIDARIEDADE DO MST CONTRA O CORONAVÍRUS – UM OLHAR SOBRE GÊNERO

Andreza Aparecida Franco Câmara

Larissa César Zavatário

Paulo Brasil Dill Soares

DOI 10.22533/at.ed.1372109021

CAPÍTULO 2..... 13

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À CONQUISTA DA TERRA: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Elaine Aparecida da Silva

Welton Rodrigues de Souza

Vivian Rosa Garcia de Almeida Souza

DOI 10.22533/at.ed.1372109022

CAPÍTULO 3..... 29

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ EM RELAÇÃO ÀS APREENSÕES DE ANIMAIS SILVESTRES NA AMAZÔNIA

Fabício Lemos de Siqueira Mendes

Ygor de Siqueira Mendes Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.1372109023

CAPÍTULO 4..... 42

A RELAÇÃO URBANO E RURAL EM PONTA GROSSA – APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E A PERCEPÇÃO ENQUANTO ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Reidy Rolim de Moura

Tainara Tatiane de Paula

DOI 10.22533/at.ed.1372109024

CAPÍTULO 5..... 59

LUTAS SOCIAIS E A CIDADE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA EM BELÉM/PA

Eliza Maria Almeida Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.1372109025

CAPÍTULO 6..... 71

LAZER E TURISMO NOS JARDINS BOTÂNICOS DE BELÉM (PA)

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana

Helena Dóris de Almeida Barbosa

Ligia Terezinha Lopes Simonian

DOI 10.22533/at.ed.1372109026

CAPÍTULO 7	86
O DISCURSO DO “MARNOMUSEU” NO TURISMO EDUCATIVO E DE ENTRETENIMENTO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O AQUÁRIO DO RIO DE JANEIRO E DO OCEANÁRIO DE LISBOA	
Marta Cardoso de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.1372109027	
CAPÍTULO 8	99
ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS DE CICLISMO PARA O CICLOTURISMO	
Josiane Kossar	
Rubia Gisele Tramontin Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.1372109028	
CAPÍTULO 9	108
MOBILIDADE COMO SERVIÇO UMA ANÁLISE NA CIDADE DE SÃO PAULO	
Emerson Aparecido Mouco Junior	
Laiane Maiara Guerreiro Pardini	
DOI 10.22533/at.ed.1372109029	
CAPÍTULO 10	121
MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E INTERNAÇÕES HOSPITALARES NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: PROJEÇÕES PARA O CEARÁ	
Mariana Daniele Bezerra do Nascimento Tavares	
Alane Siqueira Rocha	
Breno Aloísio Torres Duarte de Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.13721090210	
CAPÍTULO 11	130
O MODELO PROBABILÍSTICO DE TÓPICOS APLICADO À SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Marcio Pereira Basilio	
DOI 10.22533/at.ed.13721090211	
CAPÍTULO 12	146
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 5 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Paulo Luiz da Fonseca	
Tatiana Pinho Mattos	
Fernanda da Silva Oliveira	
Alan Lopes Nóbrega	
DOI 10.22533/at.ed.13721090212	
CAPÍTULO 13	161
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS COM EFLUENTES DE ESGOTOS NO ÂMBITO DE CONTRATO DE CONCESSÃO	
Tatiana Pinho Mattos	

Paulo Luiz da Fonseca
Fernanda da Silva Oliveira
Alan Lopes Nóbrega

DOI 10.22533/at.ed.13721090213

CAPÍTULO 14..... 175

CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA QUESTÃO DE MÉTODO, PESQUISA E CIDADANIA

Antônio Marques do Vale
Ignês Amorim Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.13721090214

CAPÍTULO 15..... 183

GALACTOGENIA: DIREITO DOS ANIMAIS X SAÚDE DOS HOMENS

Maíra dos Santos Vieira

DOI 10.22533/at.ed.13721090215

CAPÍTULO 16..... 196

PROBLEMATIZAÇÃO DA EXPRESSÃO “VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA” À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS DOS PACIENTES

Aline Albuquerque
Raylla Albuquerque
Laura Boeira
Isis Machado
Luana Lima
Meiriany Lima

DOI 10.22533/at.ed.13721090216

CAPÍTULO 17..... 212

PESQUISA PARTICIPANTE UMA COMUNIDADE DE VOLUNTÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO NA ANAPCI-IRATI

Marcela de Moraes
Jorge William Pedroso Silveira
Erivelton Fontana de Laat

DOI 10.22533/at.ed.13721090217

CAPÍTULO 18..... 220

OS IMPACTOS CAUSADOS PELA MIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL

Erivalton Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.13721090218

SOBRE O ORGANIZADOR..... 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

CAPÍTULO 2

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À CONQUISTA DA TERRA: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 29/11/2020

Elaine Aparecida da Silva

Centro Universitário Internacional – UNINTER.
Escola Municipal Rural São Joaquim.
<http://lattes.cnpq.br/7058771965429781>

Welton Rodrigues de Souza

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
– UEMS/Paranaíba.
Centro Universitário Internacional – UNINTER.
<http://lattes.cnpq.br/2632832859120465>

Vivian Rosa Garcia de Almeida Souza

UFMS, campus de Três Lagoas
FAR
Unesp, Campus de Presidente Prudente
<http://lattes.cnpq.br/8853250307436969>

RESUMO: A luta pela terra no Brasil é causada pela grande concentração fundiária existente, resultado da herança deixada pelos colonizadores, privilegiando o latifúndio e a monocultura, privilegiando um determinado grupo e excluindo outros. A Reforma Agrária é uma questão ampla e complexa pois, de um lado temos um grupo dominante e detentor dos latifúndios e de outro, os movimentos sociais que afirmam que as terras são improdutivas, passíveis de ocupação e conseqüentemente, de reforma agrária. É nesse impasse que frequentemente surgem conflitos. Sendo assim, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa acerca da reforma agrária e da relevância dos movimentos sociais

nesse processo. Seu objetivo geral é de apontar a importância dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária. Seus objetivos específicos consistem em contextualizar a reforma agrária no Brasil, apontar a importância dos movimentos sociais nesse processo e descrever as reformas agrárias no Estado de Mato Grosso do Sul. Para alcançar os objetivos propostos, optou-se pela revisão bibliográfica, de natureza qualitativa.

PALAVRAS - CHAVE: Reforma Agrária. Movimentos Sociais. Mato Grosso do Sul. Assentamentos. Trabalhador Rural.

FROM SOCIAL MOVEMENTS TO THE CONQUEST OF EARTH: THE FIGHT FOR AGRARIAN REFORM IN MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT: The struggle for land in Brazil is caused by the great existing concentration of land, resulting from the legacy left by the colonizers, privileging the latifundium and monoculture, privileging a certain group and excluding others. Agrarian Reform is a broad and complex issue because, on the one hand, we have a dominant group that owns the landowners and on the other, the social movements that claim that the land is unproductive, subject to occupation and, consequently, to land reform. It is in this impasse that conflicts often arise. Therefore, this work presents the results of a research about agrarian reform and the relevance of social movements in this process. Its general objective is to point out the importance of social movements in the struggle for land reform. Its specific objectives are to contextualize agrarian reform in Brazil, to point out the importance of social movements in this

process and to describe agrarian reforms in the State of Mato Grosso do Sul. To achieve the proposed objectives, a qualitative bibliographic review was chosen.

KEYWORDS: Agrarian Reform. Social movements. Mato Grosso do Sul. Settlements. Rural worker.

1 | INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária do Brasil é uma herança histórica que ainda permanece nos mesmos moldes da colonização. Enquanto os latifúndios ampliaram seu poder com o apoio do Estado, os agricultores foram expropriados, ocasionando à exclusão social, intensificando a necessidade de lutar pela terra, mediante a discrepância dessa realidade.

Diversas tentativas frustradas foram realizadas com o intuito de promover a reforma agrária, entretanto, muito pouco foi feito a favor dos trabalhadores rurais. Mesmo com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na década de 70 pouca evolução ocorreu na estrutura fundiária do país.

Na realidade, mais de 500 anos após o início da colonização do país, os grandes latifundiários e empresários permanecem com privilégios e domínio da maior parte das terras brasileiras, em contra partida, os trabalhadores rurais carecem de apoio e políticas voltadas a reestruturação fundiária.

Nesse contexto, surgiram novos movimentos sociais para contrapor o modelo enraizado e redimensionar a luta pelas terras. Entretanto, esse embate provocou um verdadeiro massacre de trabalhadores rurais sem a interferência do Estado, que permaneceu na letargia.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é de apontar a importância dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária. Seus objetivos específicos consistem em contextualizar a reforma agrária no Brasil, apontar a importância dos movimentos sociais nesse processo e descrever as reformas agrárias no Estado de Mato Grosso do Sul.

Para alcançar os objetivos propostos, bem como compreender o universo investigado, a metodologia utilizada é de revisão bibliográfica, pois conforme orienta Marconi e Lakatos (2011, p. 43-44) “trata-se do levantamento de toda bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”, de natureza qualitativa.

2 | A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Ao analisar a história econômica do Brasil é possível constatar que a estrutura fundiária baseada em latifúndios se iniciou na concessão de terras denominadas sesmarias por Portugal a exploração de atividades econômicas de monocultura (cana de açúcar, algodão, arroz) com objetivo de povoar o território brasileiro e evitar invasões (RIBEIRO,

2019).

Conforme a autora, o Brasil guarda raízes implantadas desde o processo de ocupação que iniciou no regime das Sesmarias que fez a divisão do território brasileiro entre a monarquia portuguesa. Esse regime consistia na doação gratuita de terras para aqueles que possuíam condições de cultivá-las, entretanto, esse regime foi implantado no Brasil sem considerar as particularidades da nova terra.

Esse sistema permaneceu até 1822 quando entrou em vigor a Constituição Imperial de 1824 que já resguardava a propriedade privada. A lei nº 601 foi promulgada em 1850 e ficou conhecida como a Lei de Terras que transformava as terras devolutas em monopólio do Estado que era controlado pela forte classe de fazendeiros (FERNANDES, 2017).

A pesquisadora explica que:

A Lei de Terras irá provocar inúmeras mudanças na forma de acesso à terra, que será através da compra, beneficiando as pessoas de maior poder aquisitivo e transferindo a renda capitalizada do escravo para a terra. Será também em meados do século XIX que, devido às pressões inglesas, ocorrerá a proibição do tráfico negreiro, pois havia interesse da Inglaterra em expandir seu mercado consumidor, já que a Revolução Industrial estava sendo iniciada (FERNANDES, 2017, p. 59).

A partir dessa lei, o Brasil redefiniu o acesso às terras, transferindo o domínio territorial para particulares e aos que já possuíam terras foi concedido um prazo para regularização da posse. Essa lei determinou ainda que o único meio de comprar terras seria por pagamento em dinheiro, sendo que os lotes deveriam ser vendidos publicamente e a um valor mínimo fixado, o que excluía escravos e indígenas.

Martins (2000) explica essa mudança de controle do Estado sobre a propriedade rural com a Lei de Terras:

Com isso, transferia seus direitos e suas responsabilidades sobre o uso da terra aos proprietários privados e entregava ao mercado a dinâmica da distribuição e redistribuição da terra. O Estado abria mão de arrecadar sem indenização as terras não utilizadas pelos seus senhores – abria mão do seu senhorio sobre o território (MARTINS 2000, p. 136).

Entretanto a Lei de Terras não atingiu um de seus objetivos básicos que era demarcar as terras devolutas, ou como afirmam alguns pesquisadores, discriminar terras públicas e privadas e isto aconteceu por dois motivos principais, conforme aponta Osorio (2007):

Primeiro porque a regulamentação deixou a cargo dos ocupantes das terras a iniciativa do processo de delimitação e demarcação. Só depois que os particulares tivessem declarado ao Estado, medindo e demarcando as terras que ocupavam e que este deduziria o que lhe restara para promover a colonização. Em segundo lugar, a Lei não foi suficiente clara na proibição da posse. Embora esta constasse no artigo 1º., outros dispositivos levavam a supor que a “Cultura efetiva e a moradia habitual” garantiriam qualquer posseiro, em qualquer época, nas terras ocupadas. A combinação desses

dois elementos teve como consequência que a Lei servisse, no período de sua vigência e até bem depois, para regulamentar a posse e não estancá-la (OSÓRIO, 2007, p. 63)

Essas mudanças causadas pela Lei de Terras promovem uma reflexão sobre as consequências históricas das Sesmarias, uma delas é a influência negativa na formação agrária e no povoamento do território brasileiro, gerando vícios no sistema fundiário que permanecem até a atualidade (SANTOS, 2007).

Segundo o pesquisador, os resultados da política agrária das Sesmarias foram a formação de extensas propriedades, monoculturas de produtos para exportação, utilização de um modelo de agricultura predatória e a concentração de terra, que fortalece o poder político-econômico dos proprietários.

Martins (2000) conta que com a proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição de 1891, a questão foi regulamentada no Art. 83 que estabelecia que “continuam em vigor, enquanto não revogadas, as leis do antigo regime no que explícita ou implicitamente não forem contrários ao sistema de governo firmado pela Constituição e aos princípios consagrados”

Vários decretos foram publicados após a Constituição de 1891 para regulamentar a propriedade sobre a terra, porém, essas novas reconfigurações foram insuficientes para provocar modificações que poderiam beneficiar a distribuição fundiária no Brasil, ao contrário, no período republicano as terras devolutas se tornaram domínio dos Estados, o que consequentemente multiplicou a grilagem (OSORIO, 2007)

Conforme a pesquisadora, esse modelo é garantido pelo coronelismo que alcançou o auge na República Velha (1889-1930) e teve como característica a concentração do poder nas mãos de “um grande fazendeiro”, senhor de engenho próspero ou “um dono de latifúndio”. Por seu poder, “o coronel” era considerado um poderoso de quem todos eram submetidos.

Ribeiro (2019, grifos da autora) destaca que a dominação dos coronéis é explicada pelo fato deste deter o poder político, jurídico e legislativo do município que lhe cabia. A configuração social consistia na distinção entre o dominante identificado pelo posto militar (major ou coronel) e os dominados que recebiam o nome de “cria” ou “gente” do coronel que viviam em carência material e recorriam ao poderoso em caso de necessidade.

O cenário permanece inalterado, sem mudanças significativas na esfera agrícola/agrária que permanece concentrada e excludente, sendo agravada pela crise financeira mundial de 1929. Após a década de 30 o Brasil deixou de ser uma sociedade agroexportadora e para se tornar uma sociedade com característica urbana-industrial.

Nitidamente se vislumbra que industrializar intensifica o êxodo rural e, consequentemente, a urbanização. Ao combinar a estrutura fundiária existente (altamente concentrada) com a modernização do campo, foi inevitável a ocorrência da migração (RIBEIRO, 2019, P. 78).

Com o término da ditadura Vargas inicia outra fase da luta camponesa, que marcada pela consciência de classe, recebeu apoio de importantes lideranças políticas. A conjuntura política da década de 50 abriu espaço para a mobilização rural por reforma agrária, fazendo surgir diversas organizações agrárias (FERNANDES, 2017).

Explica Santos (2007) que a questão da reforma agrária é uma discussão antiga no país, porém, essas discussões se intensificam no final na década de 50 em virtude do rápido avanço da urbanização e do crescimento industrial, período em que a sociedade passou a debater a questão fundiária.

De acordo com Ribeiro (2019) um olhar de atenção foi lançado para as disparidades regionais do país e as secas da região Nordeste, ao surgirem movimentos sociais pleiteando a mitigação do subdesenvolvimento em âmbito nacional e regional. No governo de Juscelino Kubitschek foram realizadas intervenções para o desenvolvimento econômico da Região Nordeste, criando a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Já o governo João Goulart (1961-1964) acirrou os debates ao anunciar a reforma agrária como proposta de governo. Assim como hoje, a questão agrária era considerada um tabu pela elite brasileira e quem levantasse o discurso com abordagem neste assunto, era chamado de comunista. Portanto, o conjunto de reformas de base do Governo João Goulart, em que Reforma Agrária se sobressaía, acabou provocando o golpe militar, por considerar a reforma uma ameaça aos privilégios de uma minoria.

Com o golpe militar o Brasil retrocedeu, uma vez que os projetos implantados por este regime causaram o aumento da desigualdade social e a concentração da renda, levando a maioria da população à miséria, aprofundando a concentração fundiária e o êxodo rural (SANTOS, 2007, p. 24).

Em 1970 foi realizada a fusão entre a INDA e IBRA que deu origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse acontecimento foi alvo de duras críticas: a Lei da Terra não consolidar, de fato a reforma agrária tão necessária e desejada. A frustração também se estendeu ao INCRA pelo fato de colonizar novas áreas do que efetivamente reformar a estrutura fundiária do Brasil (MARTINS, 2000).

O pesquisador aponta que por meio do discurso de modernização, os militares só fizeram agravar os problemas agrários, econômicos. A aliança entre militares, latifundiários e empresários favoreceu um modelo para desenvolver o meio rural, privilegiando a agricultura monocultora em detrimento da agricultura familiar e dessa forma o país se transformou em um paraíso para os latifundiários, que ocuparam novas áreas e obrigou os trabalhadores rurais a migrarem para outras regiões do país.

As transformações causadas pela modernização da agricultura agravaram a tensão no campo e para administrar essa tensão, o governo lançou o discurso de espaços vazios, tendo como proposta a remoção dos trabalhadores rurais para a Amazônia, sem avançar na estrutura fundiária. Isto não ocorreu, pois, as terras desabitadas foram doadas aos grandes empresários que detinham o apoio financeiro e novamente o Estado atendeu dos

interesses do empresariado utilizando a bandeira da Reforma Agrária (SANTOS, 2007).

A colonização da Amazônia foi dirigida pelo INCRA entre os anos de 1970 e 1974 inicialmente com os colonos vindos do Nordeste que posteriormente abandonaram seus lotes em razão da falta de estrutura.

Além disso, a capacidade de controle do INCRA não deu conta do fluxo populacional de migrantes, surgindo Assentamentos sem nenhuma assistência aos colonos, no final da década de 1970 e início de 1980. Dessa maneira, os resultados desse projeto de colonização foram parciais, pois o contingente populacional incorporado neles não contemplou a demanda de famílias que se direcionou para a área e não foi capaz de resolver os conflitos de terra existentes na Amazônia entre grileiros, posseiros, seringueiros e indígenas (FERNANDES, 2019, p. 64).

Ainda de acordo com Fernandes (2019) até meados da década de 80, no fim da Ditadura Militar, houve um crescimento das ocupações de terras e da opressão contra a atuação dos movimentos sociais. Esse período foi marcado pela violência no campo e assim permanece até os dias atuais.

O grande avanço na reforma agrária veio com a promulgação da Constituição Federal da República de 1988, principalmente no que diz respeito à política agrícola e reforma agrária. Seu artigo 184 descreve que:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

Oliveira (2015) destaca que durante o governo Collor (1990/1992) fixou a meta de assentar 500 mil famílias, entretanto, isto não passou de mera propaganda eleitoral. Na realidade, este período foi de desmobilização e de retrocesso nas ações iniciadas anteriormente referentes a crédito, assentamento e desapropriação de terra.

3 | OS MOVIMENTOS SOCIAIS

De acordo com Santos (2007), as mudanças causadas pela promulgação da Lei de Terras mencionadas no tópico anterior, promovem uma reflexão sobre as consequências da estrutura fundiária concentrada que deu início a uma realidade social permeada pela pobreza e exclusão. Assim, a partir do final do século XIX emergem os Movimentos Sociais de luta pela terra que se intensificaram no século XX com o surgimento das primeiras revoltas no campo e o impulsionamento dos conflitos sociais pelo descaso da classe dominante para com a miséria da população.

Em sua abordagem Lopes (2012) aponta que:

Os movimentos sociais constituem tentativas fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados. E que, nos movimentos sociais, encontram-se presente os seguintes elementos: "existência de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação da passagem de um estágio de integração a outro através de transformações de algum modo induzidas pelos comportamentos coletivos (LOPES, 2012, s/p.)

Ao avaliar a situação do meio rural no Brasil, Fernandes (2009) permite a inferência de que constituição dos movimentos sociais da atualidade como consequência estrutural do processo de modernização do campo que gerou concentração e especulação de terras inexploradas, expulsão dos trabalhadores rurais, violência institucionalizada e deterioração das condições de vida da população rural.

Ao contrário da crença popular, os movimentos sociais não surgem por acaso, mas sim pela insatisfação das camadas sociais provocadas pela subordinação e opressão das classes dominantes que detém o poder, bem como pela inércia do Estado que não provém as mínimas garantias de direitos sociais (FERNANDES, 2009).

Lopes (2012) explica que desde o período Brasil-Colônia já havia movimentos de negros e indígenas que se mostraram resistentes aos domínios impostos, todavia, por ordem da Coroa, foram perseguidos e até executados. Um exemplo deste momento marcante foi a revolta realizada pelo Quilombo dos Palmares que ofereceu resistência por um longo período, mas não resistiu a força dos detentores das Sesmarias.

No século XIX registrou-se diversos movimentos de camponeses como Canudos, Contestado, que tiveram início com os posseiros que possuíam um certo grau de consciência e a partir de então, a luta pela reforma agrária e pela justa distribuição de terras no Brasil ganha dimensão. A seca da Região Nordeste fez surgir Movimentos Sociais cobrando ações efetivas para solucionar o subdesenvolvimento a nível regional e nacional.

Inserida nesse cenário de industrialização e urbanização, identifica-se o surgimento das Ligas Camponesas, resultado de uma manifestação nacional diante das injustiças presentes no campo, seja com relação aos camponeses, seja com relação aos trabalhadores rurais assalariados (RIBEIRO, 2019, p. 79).

As primeiras Ligas foram fundadas em 1945 com o apoio do Partido Comunista e severa oposição da Igreja Católica e duraram pouco, sendo extintas e recriadas em 1955. As Ligas tiveram sua organização desfeita a partir do Golpe Militar de 1964 que assumiu uma postura repressiva com as mobilizações (CAMARGO, 2004)

Conforme o pesquisador, a partir das Ligas Camponesas surgiram outros movimentos sociais ligados à questão da luta pela terra, entre elas destacam-se:

- A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) criada pelo Partido Comunista em 1954 que atuou nas Regiões Nordeste e Sul (exceto Pernambuco e Rio Grande do Sul) com o intuito de viabilizar uma aliança entre camponeses e operários;

- O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) surgiu no final dos anos 50 e atuou até 1964 e era formado por peões, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados das granjas;

- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi criada em 1962 para defender os trabalhadores rurais na agricultura;

- Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em 1975 e atuava em conjunto com a Igreja Católica nas comunidades rurais e nas periferias das cidades durante o período da ditadura militar;

Atualmente, existem mais de setenta movimentos sociais rurais no Brasil que atuam na luta pela reforma agrária, conforme apresenta o quadro 1.

Nº	SIGLA	DENOMINAÇÃO
1	APR	Animação Pastoral Rural
2	C.I.M.I	Comissão Indígena Missionária
3	CCA	Cooperativa Central de Reforma Agrária
4	CDJBC	Centro Dom José Brandão de Castro (ex-CPT)/SE
5	CAR	Central dos Assentados e Acampados do Estado de Roraima
6	CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados
7	CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
8	COMASSES	Comissão de Assentados do Espírito Santo
9	CPIS	Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Sul
10	CPR	Comissão Pastoral Rural
11	CPT	Comissão Pastoral da Terra
12	CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
13	CUT-RURAL	Central Única dos Trabalhadores
14	DETR	Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais (CUT)
15	FEDADEF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do FD e Entorno
16	FETACRE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
17	FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
18	FETAEMA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
19	FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
20	FETAES	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
21	FETAESP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
22	FETAET	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins
23	FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí
24	FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
25	FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
26	FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
27	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia

28	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul
29	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso
30	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Amazonas
31	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
32	FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
33	FETARN	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
34	FETASE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Sergipe
35	FETRAECE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
36	FS	Força Sindical
37	FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento do São Francisco
38	GTA	Grupo de Trabalhadores Amazonenses
39	LCP	Ligas dos Camponeses Pobres
40	LOC	Liga Operária Camponesa
41	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
42	MARA	Movimento de Apoio a Reforma Agrária
43	MAST	Movimento de Agricultores Sem Terra
44	MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra
45	MCC	Movimento de Camponeses de Corumbiara
46	MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra
47	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
48	MLST de Luta	Movimento Libertação dos Sem Terra
49	MLT	Movimento de Luta pela Terra
50	MLT/STR	Movimento Luta pela Terra
51	MNMTR	Movimento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
52	MORAL	Movimento Organizado pela Reforma Agrária e Liberdade
53	MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
54	MPRA	Movimento pela Reforma Agrária
55	MSBSF	Movimento Social Brasil Sem Fome
56	MTST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
57	MSTI	Movimento dos Sem Terra Independente
58	MSTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais Ligado à Associação Comercial de Trabalhadores Rurais de João Pinheiro
59	MSTT	Movimento dos Sem Terra de Tupanciretã
60	MT	Movimento dos Trabalhadores
61	MTB	Movimento dos Sem Terra
62	MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
63	MTRB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Brasileiros
64	MTRS	Movimento dos Trabalhadores Rurais do Município de Sidrolândia
65	MTRST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

66	MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil
67	OTL	Organização Terra e Liberdade
68	PUC	Pólo da Unidade Camponesa
69	SINPASA	Sindicato dos Pequenos Agricultores e Assalariados
70	SINTRA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá
71	SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
72	UNI	União das Nações Indígenas do AC e do Sul do Amazonas

Quadro 1 - Organizações; Movimentos Sociais; Produtores Rurais; Quilombolas e Índios

Fonte: Oliveira (2015)

Oliveira (2015) destaca que em 1984 surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST) no Paraná inaugurando novas perspectivas na luta pelo acesso à terra. Esse movimento é de caráter político e popular composto por migrantes, pequenos agricultores, meeiros e posseiros atingidos que se uniram e se organizaram para lutar pela distribuição justa da terra e pela reforma agrária, e assim combater o capital e construir uma sociedade sem exploração.

O MST entende a reforma agrária como uma questão social e não agrícola que tem, entre outros, os seguintes objetivos: trabalho para todos, alimentação farta, justiça social e igualdade de direitos. Esse movimento social almeja a transformação da sociedade, na qual a distribuição de terras é apenas uma etapa desse projeto global. A luta pela terra, encabeçada pelo MST, continua pelo País com o lema "ocupar, resistir e produzir". O Estado reage contra o MST com violência, tratando-o como "caso de polícia". Essa realidade espalha-se pelo país, de modo que, onde há uma forte atuação do MST, as desapropriações de terras e criação de novos assentamentos rurais foram intensificadas (FERNANDES, 2017, p. 66).

O MTST é o movimento social pela reforma agrária mais conhecido e na sua constituição foram apontados os objetivos para servirem de base para as suas ações, conforme elenca Camargo (2004):

- Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha;
- Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
- Ser um movimento autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;
- Organizar os trabalhadores na base;
- Estimular a participação dos trabalhadores no sindicato e no partido político;
- Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; e

- Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

A principal bandeira de luta do MTST é a reforma agrária, concebida pelo movimento como instrumento capaz de corrigir a herança histórica que é problemática no campo. Abrir caminho para um novo modelo de desenvolvimento baseado em meios de produção democráticos, entre eles a terra. O movimento defende que um dos principais objetivos da reforma agrária deve ser a extinção dos latifúndios (RIBEIRO, 2019).

Ao longo dos anos o MTST se expandiu para todo o território nacional, ampliando a ocupação de terras, provocando impactos políticos que tornaram os sem-terra, protagonistas na luta pela democratização da terra e no enfrentamento do Estado. De acordo com Fernandes (2009) há três tipos de ocupação:

a) das terras de trabalho reconquistadas. Aquelas que estavam, há décadas, ocupadas por posseiros, mas encontram-se em litígio, reclamadas por latifundiários e grandes empresas agropecuárias, que expulsam as famílias trabalhadoras rurais;

b) Terras devolutas, quando os camponeses ocupam terras pertencentes ao Estado, geralmente em áreas de fronteira, cujas terras passam a ser objeto de grilagem por grandes proprietários de terras; e

c) Ocupação de latifúndios (FERNANDES, 2009, p. 57)

O MTST atua com várias estratégias de luta que pode ocorrer de forma isolada ou simultânea, entre elas, a ocupação de prédios públicos e marchas ou caminhadas que pressiona o Estado a abrir negociações com os trabalhadores. O movimento sustenta que as ocupações não caracterizam crime e sim uma forma de acelerar o processo da reforma agrária assim como já ocorreu em outros períodos da história do Brasil (CAMARGO, 2004).

Segundo o autor, ao contrário do pensamento introjetado na sociedade brasileira, o MST não pode ser visto como um grupo de desordeiros, anarquistas ou de pessoas que não querem trabalhar, mas sim reconhecidos como pessoas menos favorecidas, que lutam por um espaço para se viver e trabalhar.

4 | OS ASSENTAMENTOS EM MATO GROSSO DO SUL

Até aqui foi possível compreender que a luta pela reforma agrária não é recente, assim como os movimentos sociais. Foi por meio da pressão dos trabalhadores rurais excluídos que surgiram os assentamentos rurais pelo Brasil, ainda que timidamente, em processo lento e beneficiando poucas famílias se compararmos a proporção quanto ao número de famílias sem-terra cadastradas ao número de famílias assentadas.

Em Mato Grosso do Sul (MS) o número total de famílias assentadas 32.280 e o total de assentamentos rurais é de 206 ocupando uma área total de 716.212,19 hectares (ha). O primeiro assentamento de famílias sem-terra foi o Assentamento

Tamarineiro no Município de Corumbá com capacidade para 157 famílias e atualmente conta com 154 famílias assentadas com área total de 718.147 ha (INCRA, 2020).



Figura 1 - Localização Geográfica de Mato Grosso do Sul

Fonte: Google (2020)

O quadro 2 apresenta informações sobre os assentamentos rurais nos municípios de Bodoquena, Anastácio e Anaurilândia:

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS ASSENTADAS
Bodoquena	Sumatra/ Campina/Canaã	218
Amambaí	Sebastião Rosa Da Paz/Guanabara/Magno Oliveira	146
Anastácio	Marcos Freire/Monjolinho/São Manoel	606
Anaurilândia	Santa Irene/Santa Ana/Esperança/Barreiro	907
Angélica	Angélica	105
Aquidauana	Indaia I – CUT/Indaia II – FAF/Indaia III – FETAGRI/Indaia IV - MST	243
Aral Moreira	Santa Catarina	78
Bonito	Guaicurus/Santa Lúcia	152
Bataguassu	Santa Iara/ Montana/ Aldeia/ Santa Paula /Aruanda	579
Bodoquena	Serra Alegre	78
Brasilândia	Pedra Bonita	37
Bataiporã	São Luiz/São João/Mercedina	207
Bela Vista	Itá/Tupanceretan/Caracol/Ressaca/Nery RamosVolpatto	464
Caarapó	Nossa Senhora do Carmo	41

Campo Grande	Conquista/Estrela Campo Grande/Três Corações	269
Chapadão do Sul	Sucuriu/Aroeira/Mateira	387
Corguinho	Rancho Alegre/ Torre de Pedra/ Corguinho/ Liberdade Camponesa	236
Corumbá	Tamarineiro/ Urucum/ Mato Grande/ Taquaral/ Tamarineiro II/ Paiolzinho/ São Gabriel	1.218
Dois Irmãos Do Buriti	Santa Amélia/Paulo Freire/Piúva V	241
Dourados	Lagoa Grande/Amparo	212
Eldorado	Floresta Branca	182
Glória de Dourados	Aimoré	37
Guia Lopes da Laguna	Retirada da Laguna/Rio Feio	162
Iguatemi	Nossa Senhora/Auxiliadora/Rancho Loma/ Colorado	383
Ivinhema	São Sebastião	96
Itaquiraí	Indaiá/Sul Bonito/Santa Rosa/Guaçu/Tamakavi/Aliança/ Boa Sorte/Lua Branca/Santo Antonio/Itaquiraí/Foz do Rio Amambai/Caburéy	2.632
Japorã	Savana/Indianópolis/Jacob/Princesa do Sul	516
Jaraguari	Primavera/ Estrela Jaraguari/ Colônia Agroecológica Aspargo	268
Jardim	Guardinha/Recanto do Rio Miranda	101
Jateí	Nova Esperança	83
Juti	Santa Clara II/Reassentamento/Novo Panambizinho	125
Ladario	72	83
Maracaju	Santa Guilhermina/Cantagalo/Valinhos/São Francisco	358
Miranda	Tupambaê/Bandeirante	134
Mundo Novo	Pedro Ramalho	87
Naviraí	Juncal	110
Novo Horizonte do Sul	Novo Horizonte	678
Nova Andradina	Casa Verde/Teijin/São João/Santa Olga	1.856
Nioaque	Nioaque/Andalucia/Colônia Nova/Padroeira do Brasil/Palmeira/Uirapuru/Boa Esperança/Areia	1.411
Nova Alvorada do Sul	Nova Alvorada/Pam/Bebedouro/Sucesso/Santa Luzia/Volta Redonda/Volta Redonda/Ranildo da Silva	763
Paranaíba	Serra	111
Paranhos	São José do Jatobá/São Cristovão/Vicente de Paula Silva/Beira Rio/Cabeceira do Rio Iguatemi	192
Ponta Porã	Corona/Dorcelina Folador/Boa Vista/Nova Era/Itamarati I e II CUT/ Itamarati I e II FETAGRI/ Itamarati I e II MST/ Itamarati I e II FAF/ Aba da Serra I, II, III.	3.005
Ribas do Rio Pardo	Pedreira/Mutum	348
Rio Brilhante	Triângulo/Fortuna/Taquara/São Judas/Bonsucesso/Fortaleza/ Margarida Alves/ Silvio Rodrigues/Lagoa Azul	511

Santa Rita do Pardo	Córrego/Dourado/São Thomé/Avaré – FETAGRI/ Avaré - CUT	407
Selvíria	Alecrim/Canoas/São Joaquim	436
Sidrolândia	Vista Alegre/Capão Bonito/Capão Bonito II/Capão Bonito III/ São Pedro/Vacaria/Gibóia/Geraldo Garcia/Santa Terezinha/Terra Solidária/Barra Nova/Barra Nova – Fetagri/Eldorado Parte Terra Solidária II/Eldorado/Eldorado II/João Batista/Nazareth/ Alambari – FETAGRI/Alambari – FAF/Alambari – CUT/Altemir Tortelli	4.002
Tacuru	Santa Renata/Água Viva/Vitoria da Fronteira	476
Taquarussu	Bela Manhã	102
Terenos	Campo Verde/ Patagônia/ Nova Quêrência/ Paraíso/ Santa Mônica - FETAGRI/Santa Mônica – CUT/ Santa Mônica –MST/ Ouro Branco/ Sete De Setembro	1.392

Quadro 2 - Assentamentos por Município de MS

Fonte: Brasil (2017)

Analisando o quadro 2 é possível observar que o quantitativo de assentamentos e de famílias assentadas que pode transmitir a ideia de que estes números são grandes, entretanto, quando se analisa o quantitativo de terras no estado de Mato Grosso do Sul, com o número de assentamentos e de famílias assentadas, é perceptível a disparidade e injustiça na distribuição de terras.

Os dados apontam que a estrutura fundiária de MS é concentrada em virtude do processo histórico de apropriação das terras marcado pelo latifúndio da pecuária extensiva e do agronegócio. No oeste do estado, a maior concentração de terras está localizada na região do Pantanal, geralmente destinada a criação de bovinos. No Centro-Sul do estado a concentração de terra é expressiva, sendo nessa região onde ocorre o maior número de conflitos entre grileiros, latifundiários, camponeses e indígenas (MATO GROSSO DO SUL, 2020).

Nesta região também se concentra o maior número de assentamentos e de reservas indígenas. Os movimentos indígenas lideraram o número de ocupações no estado de MS entre os anos de 2010 a 2016, totalizando 161 ocupações, seguido da CONTAG com 54 ocupações e do MTST com 53 ocupações que juntas somaram 30.940 famílias (DATA LUTA, 2017).

Ainda de acordo com o Data Luta (2017) na Região Leste há uma grande concentração fundiária em que a monocultura do eucalipto e instalação de indústrias de papel e celulose modificou as pastagens e expulsou os trabalhadores rurais dessa região.

5 | METODOLOGIA

A presente pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa, foi desenvolvida a partir de

materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e teses, foi utilizado como fonte de dados a plataforma do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, o (Ibict) que desenvolve e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe uma breve abordagem sobre a reforma agrária, os movimentos sociais e os assentamentos no estado de Mato Grosso do Sul. O estudo alcançou seu objetivo principal ao apresentar o processo histórico dos movimentos sociais na luta pela terra.

A pesquisa permitiu compreender que os movimentos sociais desempenham um papel político, enfrentando o poder público, tirando-o da letargia. Seja por ocupações ou por marchas, os movimentos sociais provocam debates e discussões, cobrando ações do Estado pela justa distribuição de terras e moradias.

A estrutura fundiária do Brasil não sofreu modificações ao longo dos séculos, a favor dos menos favorecidos, mas sempre privilegiando os grandes latifundiários e empresários. Para não perder seus privilégios, sempre se utilizaram de conflitos armados com os trabalhadores rurais e indígenas que resultam em mortes e expulsão.

Mato Grosso do Sul avançou nos assentamentos rurais e isto se deve aos movimentos sociais e os embates travados ao longo dos anos. Todavia, ainda há muito para ser feito, sobretudo a conscientização de que os trabalhadores rurais querem uma distribuição justa de terras, sendo estas devolvidas aos que desejam apenas moradia e meios de produzir o seu sustento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal da Republica**. Brasília-DF. 1988.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em 03 de fev de 2020.

CAMARGO, Maria Auxiliadora Castro. **Sobre a função social da propriedade e a dignidade humana.** In: BARROSO, Lucas Abreu; PASSOS, Cristiane Lista (Coords.). Direito Agrário Contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DATAUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil. 2017. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil.pdf> Acesso em 30 de jan de 2020.

FERNANDES, Maria José Costa Fernandes. Da luta pela terra à luta pela reforma agrária no Brasil. **Revista Geointerações**, v.1, n.1, p.55-67, jan./jun. 2017.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **O MST no Contexto da Formação Campesina no Brasil.** In: STROZAKE, Juvelino Jose (Org.). A Questão Agrária e a Justiça. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2009.

GOOGLE. Mapa de Mato Grosso do Sul. Disponível em <https://www.google.com/search?q=MATO+GROSSO+DO+SUL&sxsrf=ALeKk03WHA_JmyA:1582137815437&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwju7Tot7nAhVRILkGHUGwDfkQAUoAnoECBgQBA&biw=1366&bih=657#imgrc=Oopy26IDO_nQqM> Acesso em 30 de jan de 2020.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. História dos Movimentos no Campo em Sergipe: uma abordagem preliminar. 2012. Disponível em:< <https://www.fundaj.gov.br/index.php/ultimas-noticias/192-observanordeste/observanordeste/2181-historia-dos-movimentos-sociais-no-campo-em-sergipe-uma-abordagem-preliminar>> Acesso em 15 de jan 2020

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 7ª ed. Editora Atlas. São Paulo. 2011.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro). Disponível em: < <http://www.semagro.ms.gov.br/>> Acesso em 01 de fev de 2020.

OLIVEIRA, Marcelo COSTA de. **Uma experiência de Reforma Agrária no Brasil:** Um sonho possível?! A luta dos trabalhadores do assentamento Prefeito Celso Daniel em Macaé (RJ) pelo direito a terra. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Federal Fluminense. Rio das Ostras. 2015.

OSÓRIO, Ligia Maria. **Terra, Direito e Poder:** O latifúndio improdutivo na legislação agrária brasileira. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/aba/boletins/b27/04.htm>> Acesso em 23 de jan de 2020.

RIBEIRO, Anna Lyvia Roberto Custódio. **Revista REBELA**, v.9, n.1. jan./abr. 2019.

SANTOS, Gilberto Alves. **A reforma agrária para democratização do acesso à terra.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Fundação Universidade Federal de Rondônia. Cacoal/RO. 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 88, 106, 187, 220, 227, 234

Água 5, 26, 55, 65, 88, 89, 94, 98, 114, 149, 150, 159, 163, 167, 168, 172, 173, 190

Amazônia 6, 17, 18, 20, 29, 31, 33, 38, 39, 40, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 234

Animais Silvestres 6, 29, 30, 39, 40, 189

Aquário 7, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97

C

Ciclismo 7, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106

Cicloturismo 7, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Cidadania 8, 59, 62, 63, 64, 66, 70, 81, 175, 176, 179, 234

Cidade 6, 7, 6, 9, 23, 43, 44, 45, 46, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 87, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 130, 135, 142, 146, 147, 148, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 173, 217, 224, 231, 232

Comunidade 8, 27, 42, 43, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 63, 75, 92, 100, 102, 103, 104, 106, 178, 206, 207, 213, 214, 216, 217, 219, 232

Concessão 7, 14, 106, 109, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Contrato 7, 150, 152, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Coronavirus 2, 11

Cultura Política 8, 59, 175

D

Direito dos animais 8, 183

Direitos Humanos 8, 1, 3, 4, 5, 22, 44, 57, 62, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 224, 226, 228, 229, 232, 233

E

Entretenimento 7, 76, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 103

Envelhecimento 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 183, 184, 192, 193, 194

Esgotamento sanitário 7, 146, 147, 149, 150, 151, 155, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Esgoto 155, 156, 157, 158, 165, 167, 168, 171, 174

F

Fiscalização 7, 32, 39, 146, 147, 150, 152, 156, 158, 159, 161, 169, 171, 173, 203

G

Galactogenia 8, 183

Gênero 6, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 136, 184, 196, 197, 199, 207, 209, 221

I

Internações 7, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

J

Jardim Botânico 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85

L

Lazer 6, 6, 46, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 100, 101, 103, 105

Lutas Sociais 6, 53, 57, 59, 61, 62, 70

M

Marketplaces 108, 109, 120

Método 8, 3, 32, 84, 87, 112, 122, 130, 136, 137, 143, 168, 169, 175, 176, 178, 180, 219, 220

Migração 8, 16, 221, 223, 224

Mobilidade 7, 59, 61, 64, 65, 67, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 205

Modelo 7, 1, 9, 14, 16, 17, 23, 35, 74, 130, 132, 133, 134, 136, 147, 150, 159, 161, 162, 163, 164, 171, 184, 197, 200, 206, 214, 222

Movimentos Sociais 6, 2, 4, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 27, 50, 51, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 179

MST 6, 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 22, 23, 24, 25, 26, 28

O

Osteoporose 183, 185, 186, 187, 192, 193, 195

P

Pandemia 6, 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 91

Parque 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 90, 105

Participação Social 8, 52, 175

Percepção 6, 42, 43, 51, 52, 53, 55, 178, 190

Pesquisa 5, 8, 1, 2, 3, 11, 13, 26, 27, 28, 29, 32, 42, 43, 52, 53, 55, 60, 61, 62, 64, 66, 68,

71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 103, 104, 106, 112, 119, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 143, 144, 146, 147, 161, 162, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 196, 199, 205, 213, 214, 219, 220, 234

Plataformas Digitais 108, 109

População 6, 1, 3, 9, 17, 18, 19, 33, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 59, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 78, 80, 81, 83, 101, 109, 110, 116, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 146, 147, 149, 158, 159, 161, 162, 163, 180, 184, 185, 193, 194, 217, 221, 222, 224, 225, 226, 227

R

Reforma Agrária 6, 3, 10, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28

Reforma Urbana 6, 59, 60, 61, 62, 64

Regulação 7, 63, 146, 147, 150, 152, 159, 169, 171, 173, 186, 198

Rural 5, 6, 1, 2, 3, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 39, 42, 43, 47, 53, 55, 58

S

Saneamento 34, 42, 59, 61, 62, 64, 65, 67, 146, 147, 149, 151, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 173

Saúde 7, 8, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 42, 46, 47, 53, 54, 55, 56, 58, 66, 98, 105, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 147, 162, 168, 175, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 221, 225, 226, 227, 229, 231

Segurança Pública 7, 130, 135, 140, 143, 226, 227, 234

Solidariedade 6, 1, 7, 8, 11, 219

SUS 129, 197, 209

T

Terra 6, 1, 2, 5, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 30, 45, 48, 66, 78, 181, 182

Território 6, 14, 15, 16, 23, 35, 37, 42, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 74, 103, 163, 224, 226, 227, 229

Turismo 6, 7, 29, 71, 72, 73, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107

U

Urbano 6, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 76, 80, 82, 83

V

Venezuelanos 8, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 233

Violência Obstétrica 8, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Voluntários 8, 213, 214, 217, 218, 219

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021

Pesquisas
Interdisciplinares
Estimuladas por
Problemas Concretos
das Ciências Sociais
Aplicadas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021